

Pelo menos 500 servidores param e greve segue hoje

Cerca de 500 servidores aderem à greve; maioria é da Saúde e Educação, diz Sinserm

Prefeitura ainda não divulgou seu próprio cálculo da paralisação, que atingiu até mesmo parte de uma escola estadual

**ANDRÉ FLEURY MORAES
BRUNO FREITAS**

Em assembleia realizada na manhã desta terça-feira (4), servidores públicos de Bauru rejeitaram em definitivo a contraproposta enviada pela prefeitura e mantiveram, por tempo indeterminado, a greve iniciada ontem. Cerca de 500 pessoas aderiram ao movimento, calcula o sindicato da categoria, o Sinserm, e a maioria deles trabalha nas pastas da Saúde e da Educação.

A deliberação ocorreu em frente ao prédio do sindicato, situado na quadra 14 da rua Saint Martin, no Centro de Bauru. Apesar da mobilização, não houve mais negociações entre o governo e a categoria e a greve continua nesta quarta-feira (5).

Até a conclusão desta edição, não havia uma estimativa sobre o número de servidores lotados nos serviços essenciais que efetivamente trabalharam durante a paralisação, como as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Procurada, a prefeitura informou que ainda não havia um cálculo definitivo sobre o número de adesões e eventuais impactos da greve.

Segundo o Sinserm, um percentual mínimo de trabalho nestes setores deve ser definido pela Justiça, já que os funcionários são estatutários e não celetistas. Neste caso, a administração deve ingressar com uma ação para mediar o conflito.

Ainda segundo o sindicato, há a expectativa de adesão de mais servidores no decorrer dos próximos dias.

A prefeita Suéllen Rosim (PSD) propôs 6% de reajuste salarial, mas os servidores reivindicam ao menos 12% de incremento na folha.

“[A prefeita] nunca teve um diálogo aberto com todo mundo. Olho no olho, cadê?”, questiona Mariza Priolo, servidora da Saúde e diretora do sindicato.

Ela e outros funcionários públicos acompanharam a reunião pública realizada na Câmara para tratar dos cinco projetos de lei encaminhados à Casa, que preveem a reestruturação da Emdurb – cujos funcionários não aderiram à greve neste primeiro momento.

NOVAS ADESÕES

Essa é a expectativa do Sinserm para hoje e os próximos dias de greve

Na esteira da paralisação, algumas escolas usaram as redes sociais para informar sobre a suspensão das aulas. É o caso da Emei Valéria Dalva de Agostinho.

Mas o impacto da greve chega a algumas unidades estaduais, como a Escola Estadual Iracema de Castro Amante. As merendeiras dessas instituições são cedidas pelo município e aderiram ao movimento – como consequência, os alunos ficaram sem refeição, explica Andersom Aparecido Pinheiro, pai de uma criança de 11 anos matriculada na unidade.

“É uma escola integral. Como vão ficar nove horas só na fruta e no cereal?”, pergunta. Ele destaca ainda que, justamente nesta semana, em razão de uma avaliação estadual, os estudantes receberam a orientação para não faltar.

REAJUSTE

A greve por tempo indeterminado vem na esteira da paralisação realizada na quinta-feira da semana passada (30), que pediu à mandatária que encaminhasse uma contraproposta documental até a manhã de sexta-feira (31), o que não aconteceu – segundo o sindicato, houve uma negociação verbal e o governo permaneceu irredutível.

Em entrevista coletiva no auditório do Palácio das Cerejeiras, ainda na quinta-feira, dia da paralisação, a prefeita Suéllen foi clara ao dizer que não há espaço para mais negociações.

“Para mim seria ótimo poder anunciar 12% de reajuste. Politicamente é muito bom. Mas precisamos olhar para as contas públicas também”, destacou a mandatária.

Ela reiterou ainda a necessidade de se ouvir a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Funprev), medida que o sindicato tem criticado sobretudo porque no ano passado, quando da concessão de pouco mais



Paralisação foi deliberada em assembleia na manhã desta terça-feira (4), na sede do Sindicato

de 10% de reajuste, a instituição não foi oficialmente consultada.

“Independentemente

de se consultar ou não a Funprev, as discussões internas sobre o impacto orçamentário existem. No ano

passado o cenário era outro, vínhamos de uma pandemia e pudemos conceder o 10% de reajuste”, disse Suéllen.

